



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8373 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS COTISTAS DA UFBA: MÚLTIPLAS JORNADAS, PERMANÊNCIA E SABERES

Ana Cristina Leal Ribeiro - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Nanci Helena Rebouças Franco - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Maria Couto Cunha - UFBA - Universidade Federal da Bahia

TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS COTISTAS DA UFBA: MÚLTIPLAS JORNADAS, PERMANÊNCIA E SABERES

“Mil nações moldaram minha cara. Minha voz uso pra dizer o que se cala. Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala. O meu país é meu lugar de fala..”, esta música de Elza Soares^[1] - uma mulher preta, que passou por muitas mazelas destinada às mulheres negras- me ajuda a pensar sobre o lugar que nos está reservado na sociedade brasileira e como fazemos diariamente para subverter as lógicas do racismo, do heteropatriarcado, do capitalismo e do colonialismo.

Os anos de escravatura no Brasil deixaram uma enorme dívida com os povos africanos e indígenas. No que se refere às mulheres negras, no contexto pós abolição, continuaram nas mesmas condições pertinentes à escravidão: de exploração e de submissão. Como retrata Carneiro (2002), as mulheres negras tinham sua participação restrita no mercado de trabalho e com isso eram obrigadas a aceitar trabalhos como mucama, ama-de-leite e dama de companhia, ou muitas vezes precisavam se prostituir.

Com o projeto de branqueamento da população brasileira, através do mito da democracia racial e do estímulo à imigração de europeus, acontece o fortalecimento de vários estereótipos sobre a mulher negra, que a coloca em mais desvantagens frente às mulheres brancas. Novos desafios se incorporam às questões socioeconômicas e se estendem para as questões de identidade, sexualidade e afetividade. A sociedade brasileira define um padrão hegemônico de perfeição para a mulher estabelecido a partir da branquidade (CARNEIRO, 2002).

A construção de um discurso que nos coloca na condição de inferiores reforça o lugar que nos cabe na sociedade. Para nós mulheres negras, como relata bell hooks (1995, p. 469), a sociedade define que não é possível a intelectualidade, somos consideradas “só corpo sem mente”, ocupamos o status mais baixo dentro das hierarquias de raça, classe e sexo e não é

possível para nós a mobilidade social uma vez que somos tratadas “como deficientes, incompetentes e inferiores”.

A nossa vida sempre foi tocada pelas opressões do racismo, do sexismo e do capitalismo. O que nos sobrou foi apenas a possibilidade de executar ocupações domésticas e mal remuneradas -quando pagas- ou gratuitas (muitas vezes em troca de moradia e comida), mantendo-nos na mesma situação de escravizadas. A ausência de políticas públicas e de reparação por parte do Estado brasileiro, conforme reforça Henriques (2016), agravou a condição de exploração da mulher negra na sociedade.

Além das desigualdades e injustiça social, o legado colonial reverbera no nosso modelo de educação, que valoriza sujeitos, culturas, saberes e ciência também em uma perspectiva hegemônica eurocêntrica, racista, colonialista e heteropatriarcal. A universidade brasileira, influenciada por esta conjuntura, conforme aponta Almeida Filho (2007), acabou por se distanciar do seu papel social emancipatório e contribuiu, inclusive, para potencializar exclusões e subalternização de grupos já invisibilizados. Assim, a educação formal fica cada vez mais distante para as mulheres negras e, conseqüentemente, ficamos privadas de ocupar determinados espaços. Se já era quase impossível concluir os níveis educacionais mais básicos, imagine ter acesso ao ensino superior.

A presente investigação está diretamente entrelaçada às minhas trajetórias de mulher negra, nascida no recôncavo da Bahia, mãe, cuidadora das minhas mais velhas, bisneta de lavadeira, neta de sapateiro, filha de mãe solteira, feminista negra, educadora social e pesquisadora. Sou mais uma, entre muitas mulheres negras, que luta diariamente para conciliar múltiplas jornadas e, dentre tantos desdobramentos, sigo insurgente na tentativa de (sobre)viver e permanecer fora das graves estatísticas que nos cercam nas áreas acadêmica, profissional e principalmente na vida. Falar dos grupos sociais que estou inserida faz todo sentido para a narrativa e o percurso desta pesquisa: é o meu lugar de fala e fala como meu lugar no mundo. Mesmo com dificuldades financeiras, minha família acreditou que a educação técnica era uma possibilidade de transformação e mobilidade social. Com dezesseis anos saí de minha cidade de origem para estudar em um curso técnico na cidade de Salvador. Somente após sete anos de conclusão do ensino médio técnico, ingressei no ensino superior público em um curso altamente machista, sexista e elitista -Engenharia Elétrica-, sendo a primeira da família materna a acessar a universidade. Diante de muitas atribuições, entre cuidar dos afazeres domésticos, filho e trabalho, permaneci por quase o dobro do tempo em um curso com duração de cinco anos e, mesmo pensando em desistir muitas vezes, concluí a tão sonhada “graduação” no final do ano de 2015.

Não consegui acessar o mercado de trabalho como engenheira e, a partir de muitas inquietações e problemáticas relacionadas aos contextos financeiros e sociais, fui para a área da educação, em uma Organização Não Governamental. Deste lugar nasceu a motivação para me transformar em educadora social, e em 2016 ingressei no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na Universidade Federal da Bahia, por meio do sistema de cotas, quando conheci um grupo de pesquisa no qual comecei a fazer iniciação científica. A partir deste momento pude iniciar e experimentar uma vida acadêmica que não tive condições de seguir quando estava no curso de engenharia.

A trajetória na UFBA e no grupo de pesquisa me possibilitou acessar espaços acadêmicos e lugares, ter contato com conhecimentos e pessoas que até então pareciam impossíveis. Foi assim que atravessei o Atlântico, para estudar em uma universidade tradicional de Portugal e em um Centro de Estudos renomado, que acolhia uma diversidade de saberes, por meio do Programa Abdias do Nascimento^[2]. Portanto, esta pesquisa também nasceu inspirada em um plano de trabalho realizado para um dos projetos vinculado ao Programa.

A experiência do intercâmbio acadêmico e cultural, apesar de muito enriquecedora, também me trouxe muitas(os) tensões e desafios, sendo que uma das(os) mais marcantes foi levar discussões raciais para o espaço conservador de uma universidade tradicional, totalmente formada pelo pensamento eurocêntrico. Porém, nas encruzilhadas das diásporas, encontros com mulheres e pesquisadoras negras^[3] me fizeram retomar meus passos e me deram força para seguir no caminho, com a certeza de que merecia e podia ocupar os espaços e devia ampliar o debate sobre raça, gênero e demais intersecções que são produtoras de opressões múltiplas sobre nós mulheres negras.

As minhas vivências, dificuldades e experiências, todas atravessadas pela racialização e questões de gênero, me fizeram perceber a importância de estar (e me fazer) presente. Ocupar o espaço acadêmico passa a ser uma necessidade, política e social, de trazer para estes lócus de pensamento eurocêntrico e branqueado, pautas que ainda são invisibilizadas ou discutidas superficialmente. Como reflete Ribeiro (2017), a reivindicação das pessoas negras para ter voz reflete sua luta pelo direito à sua vida.

Embora tenha ocorrido um enorme avanço no que diz respeito ao acesso das populações antes excluídas -negros, quilombolas, indígenas e estudantes de escola pública- do sistema de ensino superior a partir das políticas de ações afirmativas, ainda é muito complicado a permanência -que ultrapassa as condições materiais, e se articula com dimensões simbólicas referentes a condições de existência fora e dentro da universidade. No que diz respeito às mulheres negras, estamos na base da pirâmide social e é importante destacar que circunstâncias vividas por nós, que ultrapassam os muros da universidade, nos inserem nos piores índices em relação à escolarização, a empregos mal remunerados- incluindo o emprego doméstico, violência doméstica, etc.. Conforme ratifica Henriques (2016), somos preteridas quando o assunto é oportunidade e a dupla ou tripla jornada é parte naturalizada de nossas vidas.

No contexto do ensino superior, o IBGE (2018) aponta que ainda existem enormes desigualdades entre as mulheres negras e brancas, e o percentual de mulheres negras (10,4%) que concluem a universidade é 2,3 vezes menor que a de mulheres brancas (23,5%), e esta desigualdade é verificada desde o ensino médio, em que mulheres negras (30,7%), na faixa etária entre 15 e 17 anos, apresentam atraso em proporções maiores do que as mulheres brancas (19,9%). Toda esta dinâmica complexa de vida e das atribuições cotidianas destas mulheres, relatam Ávila e Portes (2012), combinada com sua vulnerabilidade econômica, influenciam como fator impeditivo no sucesso da trajetória universitária.

Deste modo, argumento que, partindo de um contexto de marginalização das mulheres negras em que os obstáculos que se sobrepõem em seu percurso acadêmico são maiores do que

aqueles dos demais grupos, as estratégias desenvolvidas por elas são fundamentais tanto para sua permanência e conclusão com êxito de sua jornada acadêmica, quanto para subverter os sistemas de opressões sociais.

Sendo assim, a partir da minha própria vivência acadêmica, em que permanecer na universidade dependeu de muitos fatores para além da situação financeira, trago para o mestrado a discussão sobre a permanência (simbólica e material) no ensino superior público de mulheres negras cotistas, que enfrentam múltiplas jornadas, por meio de suas histórias de vida. **Deste modo o objetivo geral da pesquisa é analisar como estudantes negras cotistas constroem, a partir de seus saberes e vivências, a permanência (simbólica e material) no ensino superior público considerando a influência das imbricações de suas trajetórias de vida e este espaço acadêmico.**

OS CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa utiliza os estudos decoloniais e do feminismo negro para verificar, principalmente a partir das narrativas destas mulheres, sobre como sua presença, suas estratégias, vivências e saberes interferem na dinâmica da universidade e se constitui enquanto enfrentamento das múltiplas opressões e exclusões que lhes são impostas cotidianamente na sociedade, e em que medida a democratização do ensino superior público, a partir das políticas de ações afirmativas e assistências estudantis, está comprometida com a permanência de mulheres negras, com dupla jornada diária, no espaço acadêmico.

Estão sendo adotados procedimentos quantitativos e qualitativos de reunião e análise de informações disponíveis em *sites* oficiais e na instituição (UFBA) sobre as ações afirmativas e as Políticas de Assistência Estudantil referente ao período de 2013 a 2018, no Programa Nacional de Assistência estudantil (PNAE) e nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade.

No sentido de relatar os fatos e trazer o protagonismo de quem conta suas experiências e vivências, será utilizado o recurso metodológico de autonarrativas. As narrativas trazem significações próprias e, neste sentido, emergem compreensões de mundo, recordações e percepções das experiências vivenciadas pelas pessoas envolvidas na pesquisa (SPINDOLA e SANTOS, 2003).

O pensamento da ciência moderna nos impôs a escrita em terceira pessoa, e neste sentido, trazer as narrativas como metodologia de pesquisa rompe com este modelo hegemônico e contribui para valorizar e explorar, como sinaliza Santos e Garms (2016, p. 104) “as dimensões pessoais dos sujeitos, seus afetos, sentimentos e trajetórias de vida”. Nesta mesma perspectiva, farei um diálogo com o conceito de “Escrevivência”, que é o escrever e viver da mulher negra, da Conceição Evaristo. A intenção é trazer a escrita da mulher negra imbricada com suas vivências enquanto ferramenta metodológica para subverter o epistemicídio negro.

Serão realizadas entrevistas com mulheres negras cotistas, de 3 cursos -ainda a definir- da área das Ciências Exatas, uma vez que existem poucas pesquisas que abordem as questões de raça e gênero nestas áreas. A intenção é destacar aspectos que revelem vida extra universidade, percurso escolar, transição ensino médio – universidade; experiências no

ambiente universitário e desempenho acadêmico; permanência e ecologia de saberes. Serão também realizadas entrevistas com docentes, para verificar se elas(es) levam em consideração os saberes e conhecimentos das mulheres negras, que enfrentam dupla jornada, e se articulam estes conhecimentos em alguma medida com suas práticas pedagógicas.

TREAJETÓRIA DE VIDA E ACESSO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

A população negra, mesmo com todas as problemáticas de exclusão e subalternização do racismo, teve sua trajetória atravessada por lutas e resistências. Como nos aponta Marçal (2018) a tomada da consciência política não nasce de um momento específico, e sim de todo um percurso histórico e coletivo do Movimento Negro que sempre teve a centralidade da educação como estratégia de luta e de superação contra a exclusão e subalternização das(os) negras(os).

As situações de opressões e a ausência de cidadania, que o entrecruzamento das discriminações de gênero, raça e classe impõem, promoveram nas mulheres negras uma consciência das exclusões vivenciadas por elas, que sempre precisaram se movimentar em ações e práticas ao longo da história para atender suas demandas específicas. Nesta mesma perspectiva, reafirma Werneck (2009), que mesmo com todas as situações que nos colocaram em uma condição de subalternidade- construímos, ao longo do nosso percurso histórico, estratégias e repertórios para superação desta condição e nos organizamos como agentes políticas reconhecendo as nossas diversidades e as múltiplas opressões vivenciadas.

As articulações e formação de organizações de mulheres negras, na década de 80, conforme reforça Carneiro (2002), demonstram a nossa consciência sobre as condições de desigualdades entre nós e as mulheres brancas e entre nós e os homens (inclusive os homens negros), e a nossa luta para tentar reverter estas condições. Esta organização e a atuação do Movimento Negro, na década de 1990, foram muito importantes para a promoção de políticas públicas de acesso ao ensino superior para o povo negro.

Muitos avanços aconteceram nas últimas décadas em relação às políticas de ações afirmativas, que se constituíram enquanto ferramentas para a promoção da justiça social e da cidadania. Porém, apesar dos avanços no sentido do acesso da população negra ao ensino superior, dados estatísticos apresentados pelo IBGE (2018) apontam que a população negra ainda possui menores possibilidades de alcançar graus elevados de escolaridade, e antes mesmo do ingresso na Universidade já ocorre a exclusão dessa população na sociedade. Neste aspecto, as condições das mulheres negras -mesmo com o incremento da democratização do ensino superior e com as políticas de assistência estudantil-, estão imbricadas pelas questões da racialização e demais opressões -gênero, classe, geração, e outras- e, as negações e exclusões que são ainda perpetuadas na sociedade, impossibilita a mobilidade deste grupo nos mais diversos espaços.

CONSIDERAÇÕES

Mesmo com as políticas de ações afirmativas, o acesso à universidade não garante a

permanência -que é marcada pela negação de representatividades e ausência de corpos negros no espaço acadêmico, principalmente nas áreas e nos cursos dito de maior prestígio- e muitas mulheres negras não se sentem pertencentes ao universo acadêmico. Sendo assim, este novo caminhar investigativo irá proporcionar o aprofundamento teórico e empírico em diversos contextos e dimensões da pesquisa, confrontando os referenciais em políticas públicas com os dados levantados em campo e os demais saberes construídos ao longo deste percurso.

Os avanços obtidos atualmente no que diz respeito ao acesso da população negra à educação só foi possível porque houve muitos enfrentamentos, por meio de ações coletivas de negras e negros. As ações afirmativas refletem este caminho de luta dos movimentos de mulheres negras e do Movimento Negro pelo direito a ocupar lugares negados historicamente em função das opressões múltiplas promovidas pelo racismo, colonialismo, capitalismo e heteropatriarcado. As mulheres negras continuam a enfrentar muitas dificuldades para permanecer e concluir seus estudos. Sendo assim é necessário que a universidade construa políticas e ações que garantam sua permanência (simbólica e material) e acesso a espaços que lhe são negados.

Palavras chaves: Mulheres Negras, Ações Afirmativas, Universidade, Permanência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2017. 302 p.

ÁVILA, Rebeca C.; PORTES, Écio A. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 809-832, Set./Dez., 2012.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In: BRUSCHINBI, C.; UNBEHAUM, S.(Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira.** São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: FCC, p. 169-193, 2002.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas.** ano 3, 2 sem, p. 464-478, 1995.

HENRIQUES, Cibele S. Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. **Revista Universidade e Sociedade.** ANDES-SN, n.58, p. 68-79, jun. 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua: Educação 2017,** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: . Agência de Notícias>. Acesso em: 31 mai. 2018.

MARÇAL, José A. Políticas afirmativas no Brasil: uma luta histórica do Movimento Negro. In: SANTOS, J. S.; COLEN, N. S.; JESUS, R. E. de (Orgs.). **Dois décadas de políticas afirmativas na UFMG: Debates, implementação e acompanhamento.** Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

SANTOS, Héllen T.; GARMS, Gilza M. Z. Método autobiográfico e metodologia de

narrativas: contribuições, especificidades possibilidades para pesquisa e formação pessoal/profissional de professores. **II Congresso Nacional de Formação de Professores - XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**, p. 94-10, 2016.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista Escola de Enfermagem da USP**, v. 37, n.2, p. 119-126, 2003.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: VERSCHUUR, Christine. **Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]**. Genève: Graduate Institute Publications, p. 151-163, 2009.

^[1] Elza Soares, grande cantora e compositora brasileira, é uma mulher negra, que nasceu no Rio de Janeiro e atualmente tem 90 anos. Começou sua carreira musical na década de 1950, e até hoje continua a usar sua voz potente como resistência e luta. “O que se cala” é uma das faixas do álbum “Deus é mulher”, lançado em 2018. Este álbum é o 33º da carreira de Elza, e tem como temática principal o empoderamento feminino e a ancestralidade a partir das religiões de matrizes africanas.

^[2] Maiores informações sobre o programa acessar <http://etnicoracial.mec.gov.br/programa-de-desenvolvimento-academico-abdias-nascimento> e <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/1872014-edital-capes-secadi-n-2-retificacao.pdf>.

^[3] Estas mulheres negras (brasileiras, que moram em Portugal e em várias regiões do Brasil- inclusive algumas do Programa Abdias do Nascimento de outro Estado) me proporcionaram uma das mais enriquecedoras experiências desta viagem, que foi a participação em uma roda de conversa e a organização coletiva da primeira edição de um seminário que tinha o objetivo de promover a Semana da Consciência Negra do Brasil e discutir o racismo estrutural. Este encontro possibilitou a realização da 2ª edição do evento no ano de 2019, e estamos organizando a 3ª edição que será realizada este ano de 2020.